

# UM ENSAIO SOBRE A TEORIA INSTITUCIONAL E A ECONOMIA CIRCULAR: DIÁLOGOS PARA A SUSTENTABILIDADE

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a Economia Circular (EC) tem emergido como uma alternativa promissora ao modelo econômico linear tradicional. Ao invés de seguir a lógica de “extrair, produzir, descartar”, a EC promove um ciclo contínuo de reutilização, redução e reciclagem de materiais, buscando minimizar o desperdício e maximizar a eficiência dos recursos. Este modelo é visto como uma resposta essencial aos desafios ambientais e econômicos enfrentados globalmente, como a escassez de recursos naturais, a degradação ambiental e as crises econômicas cíclicas (Ghisellini *et al.*, 2016; Kirchherr *et al.*, 2017).

Embora a EC ofereça um paradigma inovador para a sustentabilidade, a sua implementação enfrenta diversas barreiras institucionais e organizacionais (Geissdoerfer *et al.*, 2023). Aqui, a Teoria Institucional (TI) oferece um arcabouço teórico robusto para entender essas dinâmicas. A TI sugere que as organizações não operam em isolamento, mas são influenciadas por normas, regras e expectativas sociais e culturais (DiMaggio e Powell, 1983; Scott, 2005). Esta teoria é particularmente útil para explorar como as pressões coercitivas, miméticas e normativas influenciam a adoção de práticas de EC.

A literatura recente sobre EC tem destacado a importância da TI para compreender as dinâmicas institucionais que facilitam ou impedem a adoção de práticas circulares (Alonso-Almeida e Rodríguez-Antón, 2020). No entanto, há uma tendência a simplificar a aplicação da TI, focando principalmente nas pressões isomórficas e negligenciando outros aspectos críticos, como a agência organizacional e a capacidade de inovação (Suddaby, 2010; Battilana *et al.*, 2009).

Além disso, a maioria dos estudos empíricos concentra-se em contextos ocidentais, deixando uma lacuna significativa na compreensão de como essas dinâmicas se desenrolam em outras regiões e culturas (Ranta *et al.*, 2018). Essa limitação não apenas restringe a aplicabilidade dos resultados, mas também impede uma visão mais global e inclusiva das práticas de EC.

Neste contexto, o ensaio teórico tem como objetivo principal analisar como a Teoria Institucional tem sido abordada em estudos recentes sobre a adoção de práticas de EC. A intenção é identificar os principais mecanismos isomórficos destacados na literatura, explorar os desafios e oportunidades enfrentados pelas organizações na implementação da EC e sugerir direções futuras para a pesquisa nesta interseção teórica.

A metodologia deste ensaio baseia-se em uma revisão da literatura existente sobre a Teoria Institucional e a Economia Circular (EC) que consistiu em três etapas principais como revisão, análise crítica e diálogos reflexivos. Inicialmente foi realizada uma revisão da literatura para identificar estudos relevantes que aplicam a Teoria Institucional na adoção de práticas de EC com artigos coletados na base de dados Scopus. Em seguida, os estudos identificados foram analisados criticamente para avaliar como a Teoria Institucional foi aplicada em diferentes contextos envolvendo a EC. Essa análise incluiu a identificação dos tipos de isomorfismo (coercitivo, normativo e mimético) presentes nos estudos, mesmo que de forma implícita, e a avaliação da eficácia dessas pressões na promoção da EC. Por fim, com base na análise crítica, foram desenvolvidos “diálogos reflexivos” que oferecem uma visão aprofundada sobre as interações entre os tipos de isomorfismo e seus impactos nas práticas de EC.

O ensaio é estruturado em várias seções, começando com uma introdução à Teoria Institucional e sua aplicação na EC, contrapondo os principais autores e conceitos da teoria. Em seguida é feita a análise dos tipos de isomorfismo (coercitivo, normativo e mimético) destacando como essas pressões específicas influenciam a adoção de práticas de EC em

diferentes contextos. Prosseguindo, temos os “diálogos reflexivos” uma seção diferenciada de análise e discussão dos resultados que utiliza uma abordagem baseada em perguntas críticas para explorar os achados empíricos, discutir as implicações práticas e teóricas e sugerir direções futuras para a pesquisa. Por fim, o ensaio finaliza com sugestões de direções para pesquisas futuras antes de evocar as considerações finais.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Teoria Institucional (TI) fornece uma base robusta para entender como normas, regras e expectativas sociais moldam o comportamento organizacional. Desenvolvida inicialmente por Meyer e Rowan (1977) e ampliada por DiMaggio e Powell (1983) e Scott (2005), a TI propõe que as organizações são influenciadas por seu ambiente institucional, resultando em isomorfismo estrutural.

Meyer e Rowan (1977) argumentam que as organizações adotam estruturas formais como mitos racionais para ganhar legitimidade, independência dos recursos e estabilidade. Eles sugerem que muitas práticas organizacionais são adotadas não porque são as mais eficientes, mas porque são consideradas legítimas e socialmente aceitáveis. Isso leva ao *decoupling*, onde as práticas formais podem diferir das operações reais.

DiMaggio e Powell (1983) ampliaram essa ideia ao introduzir os conceitos de isomorfismo coercitivo, mimético e normativo. O isomorfismo coercitivo resulta de pressões formais, como regulamentos governamentais e conformidade com a legislação. O isomorfismo mimético ocorre em resposta à incerteza, onde as organizações imitam outras consideradas bem-sucedidas. O isomorfismo normativo surge de pressões associadas à profissionalização e à legitimação das práticas dentro dos campos organizacionais.

Ao analisar criticamente como a TI tem sido aplicada em estudos sobre EC, é crucial considerar as diferentes perspectivas dos principais autores. Por um lado, Meyer e Rowan (1977) e DiMaggio e Powell (1983) fornecem uma estrutura sólida para entender como as pressões institucionais podem levar à homogeneização das práticas organizacionais. Por outro lado, autores como Suddaby (2010) e Battilana et al. (2009) destacam a necessidade de considerar a agência e a capacidade de inovação das organizações.

Scott (2005) oferece uma visão abrangente ao dividir as pressões institucionais em três pilares: regulativo, normativo e cultural-cognitivo. Ele argumenta que as organizações são influenciadas por um sistema complexo de regras, normas e crenças que moldam seu comportamento. Esta abordagem holística é útil para entender as múltiplas facetas das pressões institucionais na adoção de práticas de EC.

Estudos empíricos, como os de Ranta et al. (2018), exploram como as pressões institucionais variam em diferentes contextos culturais e industriais. Eles encontram que, enquanto as pressões coercitivas são predominantes na União Europeia, as pressões normativas e miméticas são mais evidentes em regiões como os Estados Unidos e a China. Isso sugere que as dinâmicas institucionais são contextuais e variam conforme o ambiente.

No entanto, a maioria dos estudos empíricos concentra-se em contextos ocidentais, deixando uma lacuna significativa na compreensão de como essas dinâmicas se desenrolam em outras regiões e culturas. Fischer e Pascucci (2017) criticam essa limitação, argumentando que a pesquisa sobre EC deve incluir uma perspectiva mais global e diversificada para capturar plenamente a complexidade das pressões institucionais.

## 3 DISCUSSÃO: DIÁLOGOS REFLEXIVOS

Esta seção visa aprofundar a compreensão sobre a aplicação da Teoria Institucional na adoção de práticas de Economia Circular (EC) por meio de uma análise reflexiva. A partir dos

artigos analisados, exploramos como diferentes tipos de isomorfismo (coercitivo, normativo e mimético) influenciam as práticas empresariais. Além disso, examinamos a eficácia dessas pressões em contextos variados, incluindo diferentes regiões, setores e tipos de empresas.

Portanto, nesta seção não utilizamos uma abordagem estruturada, muito pelo contrário, em vez de subtítulos apresentamos uma pergunta reflexiva que guia a discussão do ensaio. Essa metodologia permite uma análise focada, proporcionando insights sobre as pressões institucionais e seus impactos nas práticas de EC. Portanto, buscamos através desta seção analisar e compreender: (a) a comparação e integração dos três tipos de isomorfismo; (b) o impacto das variações regionais e culturais; (c) o papel das pequenas e médias empresas (PMEs); (d) a integração com outras teorias; e (e) a sustentabilidade à longo prazo.

Como a integração desses isomorfismos (coercitivo, normativo e mimético) pode oferecer uma visão mais completa e robusta das dinâmicas institucionais?

A comparação e integração dos três tipos de isomorfismo oferecem uma visão mais completa das dinâmicas institucionais que impulsionam a adoção de práticas de Economia Circular (EC). Nazir e Doni (2024), ao analisar a incorporação dos princípios da EC nas práticas de Relato Integrado (IR), identificam como as pressões coercitivas, normativas e miméticas interagem para influenciar as empresas. Regulamentações governamentais (coercitivas) forçam as empresas a adotarem práticas de EC, enquanto normas profissionais (normativas) e a imitação de líderes do setor (miméticas) consolidam essas práticas como padrões aceitáveis e desejáveis.

Yin et al. (2024) destacam que a transformação digital (DT) e a EC nas empresas chinesas de alta tecnologia são moldadas por pressões coercitivas e normativas, mas também observam que a competição na indústria (pressões miméticas) desempenha um papel crucial na adoção de tecnologias digitais. As empresas imitam práticas de concorrentes bem-sucedidos para ganhar legitimidade e competitividade, confirmando a importância das pressões miméticas em tempos de incerteza.

A interação entre os tipos de isomorfismo é evidente nos estudos de Calzolari et al. (2023), que analisam como as pressões coercitivas, normativas e miméticas influenciam a integração da cadeia de suprimentos na adoção de práticas de EC. Eles demonstram que, enquanto as regulamentações (coercitivas) são fundamentais, as normas sociais (normativas) e a imitação de líderes do setor (miméticas) amplificam os efeitos dessas regulamentações. A combinação dessas pressões cria um ambiente propício para a adoção e institucionalização das práticas de EC.

No entanto, é importante reconhecer as limitações dessa integração. Embora as pressões coercitivas possam forçar mudanças rápidas, a sustentação dessas mudanças depende das pressões normativas e miméticas. Farrukh e Sajjad (2024) destacam que em contextos onde a governança é fraca, as pressões coercitivas podem não ser tão eficazes, e a imitação de práticas de líderes do setor pode ser necessária para manter a legitimidade. Isso sugere que uma abordagem integrada, que considera todas as formas de isomorfismo, é essencial para uma transição bem-sucedida para a EC.

Como as variações regionais e culturais influenciam a eficácia das pressões institucionais e quais adaptações podem ser necessárias para diferentes contextos?

As variações regionais e culturais desempenham um papel significativo na aplicação da Teoria Institucional na adoção de práticas de EC. Nazir e Doni (2024) e Yin et al. (2024) focam principalmente em contextos europeus e chineses, respectivamente, onde as regulamentações e normas profissionais são fortes. No entanto, estudos como os de Farrukh e Sajjad (2024) no Paquistão mostram que as pressões institucionais podem ser menos eficazes em regiões com infraestrutura regulatória fraca e cultura institucional diferente.

Essa variação é também destacada por Arranz e Arroyabe (2023), que exploram como políticas de inovação e apoio financeiro (pressões coercitivas) influenciam a adoção de práticas

de EC na Europa. Eles mostram que a eficácia dessas políticas varia significativamente entre diferentes países europeus, sugerindo que as adaptações regionais são necessárias para maximizar a eficácia das pressões institucionais.

Os estudos de Ouro-Salim e Guarnieri (2023) sobre cadeias de suprimentos alimentares reforçam essa ideia, mostrando que as pressões normativas podem ser drivers ou barreiras na institucionalização das práticas de EC, dependendo do contexto cultural e regional. Eles sugerem que uma compreensão mais profunda das variações culturais pode ajudar a desenvolver políticas mais eficazes e adaptadas às necessidades locais.

Como as políticas e suportes específicos para PMEs podem ser desenvolvidos para facilitar a adoção de práticas de EC?

O papel das PMEs na adoção de práticas de EC é frequentemente subestimado nas pesquisas encontradas. Estudos como os de Bag et al. (2022) mostram que as PMEs enfrentam desafios únicos na conformidade com regulamentações e na imitação de práticas de grandes corporações devido a limitações de recursos. No entanto, as PMEs também podem ser inovadoras e ágeis, adaptando rapidamente práticas de EC às suas necessidades específicas.

Chen *et al.* (2021) destacam que, embora as grandes empresas de alta tecnologia na China tenham recursos para investir em P&D e adotar práticas de gestão de cadeia de suprimentos circular (CSCM), as PMEs podem se beneficiar de programas de capacitação e suporte técnico para superar as barreiras institucionais. Isso sugere que políticas específicas para apoiar as PMEs na adoção de práticas de EC são essenciais para uma transição sustentável em todos os níveis da economia.

Quais mecanismos garantem a sustentabilidade de longo prazo das práticas de EC?

A continuidade das práticas de EC após a redução das pressões institucionais depende de diversos fatores, Meyer e Rowan (1977) argumentam que para que práticas formais se tornem enraizadas, elas precisam ser vistas como legítimas e necessárias não apenas por razões externas, mas também por razões internas. Isso implica que as práticas de EC devem ser incorporadas nas rotinas e culturas organizacionais para garantir sua continuidade.

Com isso, podemos inferir que a sustentabilidade de longo prazo das práticas de EC está intimamente ligada à capacidade das empresas de internalizar e institucionalizar essas práticas conforme demonstram os estudos analisados. Por exemplo, os autores Nazir e Doni (2024) e Yin et al. (2024) sugerem que a integração das práticas de EC nas estratégias de negócios e a transformação cultural dentro das organizações são cruciais para a sustentabilidade a longo prazo.

Arranz, Sena e Kwong (2024) destacam que políticas de apoio financeiro e inovação podem servir como mecanismos adicionais para sustentar práticas de EC a longo prazo. Eles mostram que as empresas que recebem incentivos financeiros para adotar práticas de EC têm mais chances de manter essas práticas após a remoção das pressões iniciais, devido ao estabelecimento de novas capacidades e estruturas que suportam a sustentabilidade.

Supanut *et al.* (2024) e Hussain et al. (2023) apontam que a imitação de líderes do setor pode iniciar a adoção de práticas de EC, mas a sustentabilidade de longo prazo requer que essas práticas sejam adaptadas e integradas de maneira que façam sentido para a própria organização. A mera imitação pode não ser suficiente se as práticas não forem ajustadas às necessidades e contextos específicos da empresa.

Portanto, os diálogos reflexivos apresentados neste ensaio mostram a complexidade e a interconexão das pressões institucionais que influenciam a adoção de práticas de EC. As pressões coercitivas, normativas e miméticas se combinam para criar um ambiente propício para a institucionalização das práticas de EC. No entanto, a eficácia dessas pressões varia dependendo do contexto setorial e regional. Para maximizar o impacto das pressões institucionais, é essencial considerar as variações contextuais e desenvolver abordagens políticas adaptadas às necessidades específicas das organizações.

## 4 CONCLUSÃO

Este ensaio teórico teve como objetivo analisar como a Teoria Institucional tem sido aplicada em estudos recentes sobre a adoção de práticas de Economia Circular (EC), destacando os mecanismos que promovem e sustentam tais práticas. Através de uma revisão aprofundada da literatura e uma análise detalhada dos tipos de isomorfismo (coercitivo, normativo e mimético), exploramos como as pressões institucionais influenciam a adoção de práticas de EC em diferentes contextos regionais e setoriais.

Os resultados da análise mostraram que a combinação de pressões coercitivas, normativas e miméticas é essencial para a adoção e sustentabilidade das práticas de EC. Pressões coercitivas, como regulamentações governamentais, são frequentemente o ponto de partida para a adoção de práticas de EC, enquanto pressões normativas e miméticas ajudam a legitimar e institucionalizar essas práticas a longo prazo. A eficácia dessas pressões, no entanto, varia conforme o contexto regional e setorial, destacando a necessidade de políticas e práticas adaptadas às condições locais.

Por ser um ensaio teórico, este estudo baseia-se principalmente em uma revisão da literatura e análise teórica, o que pode limitar a aplicação prática imediata dos achados. A dependência de estudos de caso existentes e a falta de novos dados empíricos representam outra limitação, assim como o foco em contextos regionais e setoriais específicos que podem não ser generalizáveis para todas as situações.

O estudo contribui para a literatura ao integrar a Teoria Institucional com a Economia Circular, proporcionando uma compreensão mais profunda de como as pressões coercitivas, normativas e miméticas influenciam a adoção de práticas de EC. A estrutura adotada, que inclui uma seção de diálogos reflexivos oferece uma abordagem inovadora para a análise teórica.

Este ensaio conclui que as pressões institucionais são fundamentais para a adoção e sustentabilidade das práticas de Economia Circular. Para maximizar o impacto dessas pressões, é essencial adaptar políticas e práticas às condições locais e setoriais. A necessidade de avaliações de impacto a longo prazo pode ajudar a garantir que a transição para a EC seja não apenas iniciada, mas também sustentada de forma eficaz. Por fim, este estudo contribui para uma compreensão mais ampla e aplicada da Teoria Institucional no contexto da EC, oferecendo direções claras para a promoção de práticas empresariais sustentáveis.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO-ALMEIDA, M. del M.; RODRÍGUEZ-ANTÓN, J. M. The role of institutional engagement at the macro level in pushing the circular economy in Spain and its regions. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 17, n. 6, p. 2086, 2020.
- ARRANZ, C. F. A.; ARROYABE, M. F. Institutional theory and circular economy business models: The case of the European Union and the role of consumption policies. *Journal of Environmental Management*, v. 340, p. 117906, 2023.
- ARRANZ, C. F. A.; SENA, V.; KWONG, C. Dynamic Capabilities and Institutional Complexity: Exploring the Impact of Innovation and Financial Support Policies on the Circular Economy. *IEEE Transactions on Engineering Management*, v. 71, p. 9966-9980, 2024.
- BAG, S.; DHAMIJA, P.; BRYDE, D. J.; SINGH, R. K. Effect of eco-innovation on green supply chain management, circular economy capability, and performance of small and medium enterprises. *Journal of Business Research*, v. 141, p. 60-72, 2022.
- BATTILANA, J.; LECA, B.; BOXENBAUM, E. How actors change institutions: Towards a theory of institutional entrepreneurship. *The Academy of Management Annals*, v. 3, n. 1, p. 65-107, 2009.

CALZOLARI, T.; BIMPIZAS-PINIS, M.; GENOVESE, A.; BRINT, A. Understanding the relationship between institutional pressures, supply chain integration and the adoption of circular economy practices. *Journal of Cleaner Production*, v. 432, p. 139686, 2023.

CHEN, X.; CHEN, L.; JIANG, M.; YAN, J. Does R&D intensity promote the adoption of circular supply chain management? Evidence from China. *Industrial Marketing Management*, v. 99, p. 153-166, 2021.

DiMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, v. 48, n. 2, p. 147-160, 1983.

FARRUKH, A.; SAJJAD, A. Drivers for and barriers to circular economy transition in the textile industry: A developing economy perspective. *Sustainable Development*, 2024.

FISCHER, A.; PASCUCCI, S. Institutional incentives in circular economy transition: The case of material use in the Dutch textile industry. *Journal of Cleaner Production*, v. 155, p. 17-32, 2017.

GEISSDOERFER, Martin; SANTA MARIA, Tomás; KIRCHHERR, Juliano; PELZETER, Carla. Drivers and barriers for circular business model innovation. *Business Strategy and the Environment*. Vol. 31. Issue 6, 2023.

GHISELLINI, P.; CIALANI, C.; ULGIATI, S. A review on circular economy: the expected transition to a balanced interplay of environmental and economic systems. *Journal of Cleaner Production*, v. 114, p. 11-32, 2016

HUSSAIN, M.; KHAN, M.; SABER, H. Thematic analysis of circular economy practices across closed-loop supply chains: An institutional theory perspective. *Sustainable Production and Consumption*, v. 40, p. 122-134, 2023.

KIRCHHERR, J.; REIKE, D.; HEKKERT, M. Conceptualizing the circular economy: An analysis of 114 definitions. *Resources, Conservation and Recycling*, v. 127, p. 221-232, 2017.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: Formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.

NAZIR, S.; DONI, F. Nexus of circular economy R0 to R9 principles in integrated reporting: Insights from a multiple case study comparison. *Business Strategy and The Environment*, 2024.

OURO-SALIM, O.; GUARNIERI, P. Drivers and barriers in the institutionalisation of circular economy practices in food supply chains: A review. *Business Strategy and Development*, v. 6, n. 4, p. 764-784, 2023.

RANTA, V.; AARIKKA-STENROOS, L.; RITALA, P.; MÄKINEN, S. J. Exploring institutional drivers and barriers of the circular economy: A cross-regional comparison of China, the US, and Europe. *Resources, Conservation and Recycling*, v. 135, p. 70-82, 2018.

SCOTT, W. R. *Institutions and organizations*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2005.

SUDDABY, R. Challenges for institutional theory. *Journal of Management Inquiry*, v. 19, n. 1, p. 14-20, 2010.

SUPANUT, A.; MAISAK, R.; RATCHATAKULPAT, T. Circular economy strategies in practice: A qualitative examination of industry adaptation and innovation. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, v. 18, n. 3, p. 1-18, 2024.

YIN, S.; JIANG, M.; CHEN, L.; JIA, F. Digital transformation and the circular economy: an institutional theory perspective. *Industrial Management & Data Systems*, 2024.